

Atendimento interdisciplinar a mulheres vítimas de violência doméstica na Delegacia da Mulher de Porto Alegre

Intervenção Interdisciplinar em Coletivos: Vulnerabilidade Social e Direitos Humanos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Social e Institucional

Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero - Nupsex

Coordenador: Henrique Caetano Nardi

Autora: Isadora Hosannah Pinto de Oliveira

- O projeto de extensão é resultado de uma parceria entre o Instituto de Psicologia da UFRGS e o curso de Direito do UniRitter;
- O objetivo geral do projeto é prestar atendimento interdisciplinar de assessoria jurídica e psicossocial para mulheres vítimas de violência doméstica na Delegacia da Mulher de Porto Alegre, o que ocorre desde agosto de 2010;
- A Delegacia da Mulher é uma das frentes de atuação do projeto, juntamente com a ONG Maria Mulher e o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- A partir da experiência de extensão nesses espaços, procura-se analisar a possibilidade ou não de articulação entre gênero e raça/cor nas situações de violência doméstica;
- A criação do projeto atende também a uma demanda do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em relação à falta de dados sobre o agressor (ou agressora) e sua relação com a vítima - principalmente para tomar decisões em relação a medidas protetivas;
- A partir da perspectiva interdisciplinar, objetiva-se unir os saberes da Psicologia e do Direito a fim de oferecer uma escuta para as mulheres que procuram a Delegacia em decorrência de uma situação de violência doméstica, estando amparadas, portanto, pela Lei Maria da Penha;
- Os atendimentos são realizados em dupla (um aluno do Direito e outro da Psicologia ou Ciências Sociais), antes do encaminhamento para o preenchimento do registro do boletim de ocorrência (BO);
- Durante o atendimento, a dupla preenche um instrumento que será enviado ao juiz para auxiliá-lo na avaliação do caso, com o intuito de subsidiar a análise dos pedidos de medidas protetivas, uma vez que o BO se restringe a informações muito sucintas. É preenchido também outro instrumento que busca sistematizar informações sobre sua trajetória de vida e situação social;
- A partir disso, constrói-se um espaço de esclarecimentos sobre a situação de violência vivida, sobre o fluxo de procedimentos na Delegacia e no Juizado e sobre as questões de gênero envolvidas na situação;
- Ao final, a mulher é esclarecida sobre a pesquisa de gênero e raça que está articulada com esse projeto de extensão e lhe é questionada sobre a possibilidade de suas informações serem utilizadas para a mesma, preservando os seus dados pessoais;
- Caso a mulher concorde em participar, lhe é lido o termo de consentimento livre e esclarecido, e a mulher é questionada sobre sua autodeclaração racial – como ela se identifica em relação a sua cor.